



DEFENSORIA PÚBLICA DO AMAPÁ
Rua Eliezer Levy, Nº 1157 - Bairro Centro - CEP 68900-083 - Macapá - AP - defensoria.ap.def.br

EDITAL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 012/2025 - DPE/AP

CONTRATANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - UASG (927560)

SETOR: COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS - CLCC/DPE/AP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores SEDAN HÍBRIDO (não plug-in) tipo passeio e FURGÃO FECHADO tipo utilitário para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, conforme condições, exigências e especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO : R\$ 1.727.447,82 (um milhão setecentos e vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos).

SIGILOSO: NÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 25.0.000006174-6 - DPE/AP

SRP: SIM

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/11/2025.

HORA INICIAL: 09:30 (Horário de Brasília)



Baixe o aplicativo do compras.gov e apresente sua proposta!



Acesse o portal compras.gov e apresente sua proposta!

EDITAL PREGAO ELETRONICO SRP. Nº 012/2025 - DPE/AP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 25.0.000006174-6/2025 - DPE/AP
PNCP n.º 90012/2025

PREÂMBULO

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - DPE/AP**, sediada na Rua Eliezer Levy, 1157, bairro Central, CEP. 68.900-083, Macapá/AP, por meio da Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios - CLCC/DPE/AP e seu Pregoeiro designado pela Portaria n.º 17 de 10 de janeiro de 2025, torna público que realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto n.º 11.462 de 31 de março de 2023 das Portarias n.ºs 40 e 46, de 10 de Janeiro de 2024 - DPE/AP, da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, do Decreto n.º 8.538, de 06 de outubro de 2015, demais legislação aplicável, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/11/2025.

HORÁRIO: 09h30min.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR GLOBAL POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores do tipo passeio e utilitário para atender a Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP, conforme quantidades, condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela apresentada no subitem 1.1 do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. A definição mínima dos itens e estimativa de quantidades encontra-se no quadro apresentado no subitem 1.1 do Termo de Referência, parte integrante deste Edital, indicando inclusive sua quantidade mínima e máxima, de acordo com art. 14, incisos I e II, da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços, conforme Portaria nº 46/2024 - DPE/AP.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do

sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16, da Lei nº 14.133, de 2021 para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente

comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, a proposta de preço com **menor preço**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata o item 4.3, assim como nas demais declarações, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação

anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.9.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.3.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.9.3.2. percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto máximo parametrizado na forma do item 5.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor _____ (unitário, total) _____ do item;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.1.2. Marca;

5.1.4. Fabricante;

5.1.5. Quantidade exata de acordo com o Termo de Referência;

5.1.6. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, de acordo com o art. 14, IV, da Portaria nº 46, de 2021 - DPE/AP.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou

indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos

últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela

que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria - Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria - Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na Portaria nº 40, de 10 de janeiro de 2024, Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou

consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez) por cento para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por formato digital, via sistema Compras.gov.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no Portaria nº 40, de 2024, da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13.3 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, conforme art. 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64, e Portaria nº 40, de 2024 - DPE/AP.

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou

b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Quando a formalização da contratação ocorrer por meio de Nota de Empenho ou instrumento equivalente, em substituição ao Termo de Contrato, a emissão desses documentos

ao fornecedor adjudicado implica o reconhecimento de que:

9.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. A fim de promover a imparcialidade e a equidade nos processos de contratação pública, é vedada a participação da Defensoria Pública em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, em consonância ao inciso VII do art. 14, da Portaria nº 46/2024 - DPE/AP.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 da Portaria nº 46/2024 - DPE/AP.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, nas seguintes situações:

12.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do **caput** do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.1.3. Na hipótese de previsão, no edital de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços nos termos do item 10 desde Edital:

12.2.1. Os quantitativos originalmente registrados serão renovados.

12.3. A requerimento da Contratada, os preços iniciais poderão serem reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice que vier substituir, respeitada a contagem da anualidade.

13. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

13.1.1. Exitosa a negociação, referente ao item anterior, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata, para que

realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado no disposto no art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021;

13.1.2. Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, este será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

13.1.3. Na hipótese prevista no item anterior, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

13.1.4. A Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, cancelará a ata de registros de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que se refere o item anterior, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado;

13.1.5. Na hipótese de redução de preços registrado, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociações com vistas à alteração contratual.

13.2. O fornecedor poderá requerer à Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, a alteração do preço registrado, quando este se tornar inferior àquele praticado no mercado.

13.3. O requerimento deverá observar o que dispõe o item 12.1 e seus subitens, e deve estar acompanhado de:

13.3.1. prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento de compromisso registrado em ata;

13.3.2. documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre inviabilidade de manutenção do preço registrado.

13.4. Na hipótese de não comprovação dos requisitos estabelecidos no item 13.3;

13.4.1. o pedido será indeferido pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP;

13.4.2. o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento de seu registro, sem prejuízo das aplicações das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.5. Formalizado o cancelamento ao que se refere o item 13.4.2, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, observado ao que dispõe o item 14 deste Edital.

13.6. A Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, cancelará a ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações ao que se refere ao item 13.5.

13.7. Comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 13.2, 13.3 e seus subitens, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador:

13.7.1. alterará o preço registrado, observado os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadoras da inviabilidade de manutenção do preço inicial;

13.7.2. comunicará o novo preço aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata, para eventual alteração contratual, observado o

disposto no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS ESTIMADOS

14.1. A Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, cancelará o registro do fornecedor quanto este:

14.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

14.1.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido sem justificativa razoável;

14.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 13.4 e seus subitens;

14.1.4. for apenado com sanção prevista nos incisos III ou IV **docaput** do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021

14.2. No que se refere ao item 13.1.4, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, poderá, mediante decisão fundamentada, manter o registro de preços, caso a penalidade aplicada ao fornecedor, não ultrapasse o prazo de vigência da ata, sendo vedadas, contudo, novas contratações dela decorrentes enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Cancelado o registro do fornecedor, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro reserva, observada a ordem de classificação.

14.5. A Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados na ata:

14.5.1. por razão de interesse público;

14.5.2. a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado;

14.5.3 se não houver êxito nas negociações, nos termos do item 13.1.4 e do item 13.6 deste Edital.

15. DO REAJUSTE

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data de apresentação da proposta;

15.2. Após o interregno de um ano, após requerimento da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

15.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor;

15.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. DOS RECURSOS

16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

16.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

16.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

16.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br**.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

17.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela

Administração;

17.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

17.1.6. fraudar a licitação;

17.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

17.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. Advertência;

17.2.2. Multa;

17.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

17.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

17.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dias) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.4.1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

17.4.2. Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7, 17.1.8 e 17.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2, 17.1.3 e 17.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7, 17.1.8 e 17.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

17.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o

princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência existente entre as especificações descritas no catálogo eletrônico de padronização (CATMAT) do Comprasgov e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão as últimas.

18.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.11. Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

18.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.12.1. ANEXO I - Termo de Referência - TR;

18.12.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar - ETP;

18.12.2. ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;

18.12.3. ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços;

18.12.4. ANEXO IV - Minuta de Contrato.

Macapá - AP, data da assinatura eletrônica.

(Assinado Eletronicamente)
FABRÍCIO BRUNO DE SOUZA BARATA
Agente de Contratação – CLCC/DPE-AP

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente contratação é o registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores **SEDAN HÍBRIDO (não plug-in)** tipo passeio e **FURGÃO FECHADO** tipo utilitário para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, conforme descrição e quantidades, nos termos da tabela abaixo e especificações constantes do **item 3** deste instrumento.

Item	Descrição/Especificação	Catmat	Unid.	Quant. Estimado Mínimo	Quant. Estimado Máximo

01	Veículo tipo utilitário zero quilômetro, FURGÃO fechado de carga, cor branca, ano/modelo 2025/2025 ou superior.	606202	Unid.	01	03
02	Veículo tipo passeio zero quilômetro, SEDAN , motorização híbrida não plug-in (combinação de motor a combustão interna com propulsor elétrico), cor branca metalizada ou equivalente, ano/modelo 2025/2025 ou superior.	298598	Unidade	01	03

1.2. O objeto desta contratação é um bem comum, por ter padrões de desempenho e qualidade objetivamente e amplamente definidos no mercado, conforme o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021..

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº 32, de 10 de janeiro de 2024 da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Em caso de divergência entre as especificações constantes no Catálogo de Materiais e Serviços - CATMAT/CATSER e aquelas descritas no Estudo Técnico Preliminar - ETP, no Termo de Referência - TR, prevalecerão as especificações contidas no ETP e no TR, por refletirem de forma mais fiel às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

1.7. A contratação será por meio Pregão, na sua forma Eletrônica, processado pelo procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços, de acordo com o art. 82, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no art. 3º, incisos I e IV, da Portaria nº 46, de 2024 – DPE/AP e do Decreto Federal nº 11.462, de 2023, em virtude de tratar-se de prestação de aquisição de bem comum que, pelas características, há necessidade de contratações frequentes. Além disso, esse método proporciona maior transparência, economicidade pela potencial economia de escala, flexibilidade na gestão da execução e possibilidade de utilização da Ata por outros órgãos públicos.

1.8. O licitante adjudicatário que se recusar a assinar Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP terá a perda do direito à contratação que resultará na aplicação das sanções legais cabíveis, previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, de acordo com o art. 18 da Portaria nº 46/2024 - DPE/AP c/c art. 19 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

1.9. Por força do art. 83, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 20, da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP e art. 21 do Decreto Federal nº 11.462, de 2023, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP a contratar, facultada a realização de licitação ou de contratação direta específica para o serviço pretendido, desde que devidamente justificado.

1.10. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, e poderá ter seu saldo prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021, art. 21 e 22, da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP e art. 23 do Decreto Federal nº 11.462, de 2023.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A necessidade de contratação de serviços de transporte e logística pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP é permanente e essencial para o pleno cumprimento de sua missão institucional, encontrando-se integralmente fundamentada nos princípios e requisitos da Lei nº 14.133/2021. O problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público, é garantir o deslocamento seguro e eficiente de membros da Administração Superior e servidores, tanto na capital quanto nas comarcas do interior, além de assegurar o suporte logístico vital para o transporte de materiais e equipamentos entre as unidades.

2.2. Esta demanda é determinante para a continuidade e qualidade dos serviços prestados, permitindo uma atuação mais eficiente, ágil e eficaz, em total consonância com os objetivos do processo licitatório previstos no caput do art. 11 da Lei nº 14.133/2025. A Administração, ao buscar essa contratação, demonstra o princípio da motivação e do planejamento previsto no art. 5º e art. 18, § 1º, inciso I da Lei nº 14.33/2025, pois a ausência de meios de transporte adequados compromete diretamente a capacidade da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP de cumprir sua missão constitucional.

2.3. O estudo técnico apontou a necessidade de aquisição de veículos com características específicas e diversificadas, tanto para o transporte de pessoas quanto para o de cargas. Essa exigência é a solução mais adequada para a demanda complexa da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, atendendo ao princípio da vantajosidade e da eficácia, uma vez que otimiza o uso de recursos e mitiga riscos de paralisação ou ineficiência.

2.4. Adicionalmente, a consideração de soluções que englobem critérios de eficiência energética e sustentabilidade ambiental reforça o alinhamento da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP ao objetivo de incentivar o desenvolvimento nacional sustentável insculpido no art. 11, inciso IV da lei de licitações, buscando a melhor relação custo-benefício sob a ótica do ciclo de vida do objeto.

2.5. Finalmente, a formalização desta contratação demonstra a observância do princípio do planejamento, pois o objeto está devidamente incluído no Plano de Contratações Anual - PCA/2025. O detalhamento dessa previsão é o seguinte:

I) ID PCA no PNCP: **11762144000100-0-000001/2025**;

II) Data de publicação no PNCP: **30/08/2024**;

III) Id dos itens no PCA: **374 e 375**;

IV) Classes/Grupos: **2310 - Veículos motorizados de passageiros e 2320 - Veículos sobre rodas**;

V) Identificador da Futura Contratação: **927560-10/2025**.

2.6. Este alinhamento cumpre as determinações da Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 12, inciso VII, e as diretrizes internas estabelecidas pela Portaria nº 33 de 10 de janeiro de 2024 da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, o que atesta sua relevância estratégica e a estrita observância dos ritos e da transparência exigidos pela legislação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. A presente aquisição contempla dois tipos de veículos considerados essenciais para o pleno desempenho das atividades institucionais: veículo automotor do tipo **sedan**, com motorização **híbrida não plug-in**, destinado ao transporte dos membros da Administração Superior; e veículo do tipo **furgão fechado**, indispensável para o transporte de cargas, materiais e equipamentos, bem como para o suporte logístico geral, demandando robustez e adequada capacidade volumétrica. Ambos os modelos deverão atender, integralmente, no mínimo, às características técnicas e aos requisitos de segurança e desempenho especificados no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINARES - ETP, apêndice deste Termo de Referência deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto e nas especificações técnicas, a contratação deverá atender às diretrizes previstas nos arts. 5º e 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, priorizando o uso racional dos recursos naturais disponíveis, a redução de desperdícios e a eficiência energética. Os veículos a serem adquiridos deverão observar padrões de menor consumo de combustíveis fósseis, redução da emissão de poluentes, reciclabilidade dos materiais empregados em sua fabricação e conformidade com as normas ambientais federais, especialmente as Resoluções do CONAMA que regulamentam o PROCONVE (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores).

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando tratar-se de aquisição direta de bens, a ser fornecida integralmente pela empresa contratada.

Garantia da Contratação

4.3. Não haverá exigência de garantia contratual prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de aquisição de pronta entrega.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de vistoria prévia em local de execução, uma vez que o objeto refere-se à entrega de veículos prontos para uso.

Conformidade Legal e Normativa

4.5. Os veículos deverão atender integralmente à legislação aplicável, incluindo o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), normas de registro, licenciamento e emplacamento do DENATRAN, requisitos mínimos de segurança veicular estabelecidos pelo CONTRAN, bem como observância das normas técnicas e de ergonomia, saúde e segurança do trabalho.

Especificações Funcionais e Técnicas

4.6. Os veículos deverão apresentar características compatíveis com as funções institucionais, atendendo simultaneamente às demandas de transporte de pessoas e de cargas, assegurando autonomia, desempenho, conforto interno, acessibilidade e dispositivos de segurança em conformidade com as exigências normativas. Para o transporte de pessoas, deverão garantir segurança e ergonomia em deslocamentos urbanos e intermunicipais. Para o transporte de cargas e equipamentos institucionais, deverão possuir capacidade volumétrica e estrutural adequada, com espaço interno apropriado, pontos de fixação de carga e fácil acesso para carregamento e descarregamento, em atendimento às normas do Inmetro e do CONTRAN.

Finalidade dos Requisitos

4.7. Os requisitos estabelecidos têm por finalidade assegurar a compatibilidade técnica e operacional dos veículos com a demanda institucional, harmonizando eficiência, segurança, sustentabilidade ambiental, social e econômica, sem restringir indevidamente a competitividade em futura licitação, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. O objeto deste Termo deverá ser entregue de forma parcelada, nos quantitativos indicados conforme a necessidade da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP e disponibilidade orçamentária, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (10) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no prédio sede da Defensoria Pública do Estado do Amapá

- DPE/AP, situado à **Rua Eliezer Levy, nº 1157, bairro Central, na cidade de Macapá – CEP: 68.900-083**, no horário compreendido entre 7h30min e 13h30min.

Recebimento

5.3. Provisoriamente: por servidor(a) da unidade técnica competente, a partir da data da entrega do objeto do contrato, para efeito de posterior verificação dos termos pactuados;

5.4. Definitivamente: por servidor ou comissão de recebimento composta de, no mínimo 03 (três) servidores previamente designados pela autoridade superior, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento provisório, observadas as condições acima referidas.

5.5. Na hipótese de qualquer divergência aos termos pactuados, não ocorrerá o recebimento definitivo, sendo o fornecedor notificado para, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, proceder à regularização, sem ônus para o Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, observado a disposição do art. 119 da Lei n. 14.133/2021

Garantia dos veículos, manutenção e assistência técnica

5.6. Os veículos deverão contar com garantia, manutenção e assistência técnica conforme estabelecido nos itens 6.5.1., 6.5.2. e 6.5.3 do Estudo Técnico Preliminar - ETP, contados a partir do recebimento definitivo do objeto pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, conferida exclusivamente à empresa Contratada,

5.6.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido, a empresa Contratada deverá complementar a garantia do veículo ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia contra total defeitos, vícios de fabricação e será prestada com vistas a manter os veículos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva do veículo pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelo veículo, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9.1. Durante o período de garantia, as substituições de peças, os reparos e outras correções nos veículos, bem como as revisões obrigatórias, determinadas pelo fabricante em razão da quilometragem ou tempo de uso, terão seus custos suportados exclusivamente pela empresa CONTRATADA, inclusive os referentes à mão de obra, à substituição do óleo do motor, do filtro de óleo, do filtro de ar do motor e do filtro de combustível conforme revisões previstas no manual do proprietário.

5.9.2. No caso dos veículos com propulsor elétrico integrado ao sistema híbrido (não plug-in) a bateria de tração com tecnologia de níquel-hidreto metálico, lítio-íon ou equivalente, deverá ter garantia mínima de 8 anos ou conforme política do fabricante.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição do veículo que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pela

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP. autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas

datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

7.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “7.1.2.”, “7.1.3.” e “7.1.4.” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “7.1.5.”, “7.1.6.”, “7.1.7.” e “7.1.8.” do subitem acima, bem como nas alíneas “7.1.2.”, “7.1.3.” e “7.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “7.1.4.”, de 0,07% (sete centésimos por cento) a 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima nos subitens “7.1.5.” a “7.1.8.” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima no subitem “7.1.3.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima no subitem “7.1.2.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima no subitem “7.1.4.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima no subitem “7.1.1.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da Portaria nº 47, de 2024 – DPE/AP.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. O prazo de validade;

8.12.2. A data da emissão;

8.12.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. O valor a pagar; e

8.12.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos inciso II, do art. 7º, da Portaria nº 47, de 2024 – DPE/AP.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/07/2025.

8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **Licitação**, na modalidade **Pregão**, sob a forma **Eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**, pelo procedimento auxiliar de **Sistema de Registro de Preços**.

9.2. O critério de menor preço considerará o menor dispêndio para a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade e as demais exigências definidas neste Termo de Referência e no Edital de Licitação, nos termos do art. 6º, da Portaria nº 40, de 2024 - DPE/AP.

9.3. Os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, de acordo com o §1º, do artigo 34, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como com o §1º, do artigo 6º, da Portaria nº 40, de 2024 - DPE/AP.

Forma de Fornecimento

9.4. O fornecimento do objeto será conforme demanda da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

Exigências de Habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

9.5. Pessoa Física: Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário Individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal - SLU ou Sociedade Identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: Inscrição do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social no Registro Público de Empresas Mercantis, a carga da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade Empresária Estrangeira: Portaria de Autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade Simples: Inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: Inscrição do Ato Constitutivo da Filial, Sucursal ou Agência da Sociedade Simples ou Empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade Cooperativa: Ata de Fundação e Estatuto Social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.14. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, conforme o caso;

9.15. Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.715, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de Regularidade com Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativa, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual ou municipal

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão Negativa de Insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do

licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

9.24. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado na área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.28.1.1. O atestado de capacidade técnica deverá comprovar o fornecimento na quantidade mínima do total registrado para o item correspondente ao atestado.

9.28.1.2. O atestado deverá ser datado e assinado e deverá conter informações que permitam a identificação correta da contratante e do fornecedor, tais como:

- Nome, CNPJ e endereço do emitente;
- Nome, CNPJ e endereço da empresa que forneceu o bem ao emitente;
- Nome, cargo ou função do signatário emitente do atestado;

9.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.28.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.2. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) Ata de fundação;

b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza,

comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da Contratação é de **R\$ 1.727.447,82** (um milhão setecentos e vinte sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos) conforme custos unitários na tabela abaixo.

Item	Descrição/Especificação	Unid.	Quant. Estimado Mínimo	Quant. Estimado Máximo	Valor Unit. Estimado	Valor Total Estimado
01	Veículo tipo utilitário zero quilômetro, FURGÃO fechado de carga, cor branca, ano/modelo 2025/2025 ou superior. (...)	Unid	01	03	R\$ 316.082,97	R\$ 948.248,91
02	Veículo tipo passeio zero quilômetro, SEDAN , motorização híbrida não plug-in (combinação de motor a combustão interna com propulsor elétrico), cor branca metalizada ou equivalente, ano/modelo 2025/2025 ou superior. (...)	Unid	01	03	R\$ 259.732,97	R\$ 779.198,91

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: [.....];

II) Fonte de recursos: [.....];

III) Programa de trabalho: [.....];

IV) Elemento de despesa: [.....]; e

V) Plano interno: [.....].

12. ANEXOS

12.1. Estudo Técnico Preliminar - ETP.

13. RESPONSÁVEL

Macapá/AP, datado e assinado eletronicamente.

ANANILSON COSTA DE SOUSA

Assessor Técnico Nível - III

**APÊNDICE I DO ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo SEI nº 25.0.000006174-6 - DPE/AP.

1.2. O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

1.3. A Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 bem como a Portaria nº 37, de 10 de janeiro de 2024 da Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP, estabelecem que o Estudo Técnico Preliminar - ETP deverá conter ao menos os seguintes elementos:

1.3.1. Descrição da necessidade da contratação;

1.3.2. Descrição da solução como um todo;

1.3.3. Estimativas das quantidades para a contratação;

1.3.4. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais;

1.3.5. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação; e

1.3.6. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

1.3. A presente demanda tem origem da necessidade apresentada no Documentos de Formalização de Demanda - DFD nº 455/2024 que compõe a contratação 927560-10/2025, o qual foi devidamente cadastrada nos sistema Compras.gov, aprovada e incluída no Plano de Contratações Anual - PCA 2025 da Defensoria Pública do Amapá - DPE/AP, com justificativa das necessidades identificadas pelas áreas demandantes para a futura aquisição.

1.4. Esta peça foi elaborada com base no §1º, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, na Portaria nº 037/2024 - DPE/AP, desenvolvida no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, de acordo com o art. 1º, §1º, da Portaria 170, de 2025 - DPE/AP, em conformidade com a Instrução Normativa nº 03, de 2024 - DPE/AP, e a Portaria nº 511/2025 - DPE/AP, constituindo a primeira etapa do planejamento da contratação, a fim de avaliar a melhor solução disponível no mercado para atender a necessidade deste órgão defensorial e assegurar a sua viabilidade técnica, econômica e de gestão, bem como dar suporte à elaboração do Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP possui necessidade permanente de deslocamento de seus membros da Administração Superior para a realização de atividades institucionais tanto na capital quanto nas comarcas do interior do Estado. Além do transporte de pessoas, é igualmente indispensável o suporte logístico para o transporte de materiais e equipamentos entre as diversas unidades da Instituição, assegurando a execução regular e eficiente das atividades finalísticas e de apoio administrativo.

2.2. A análise das necessidades apontou que o atendimento pleno das atividades exige a disponibilização de veículos com características específicas, que permitam a realização de deslocamentos institucionais diversos, contemplando tanto o transporte de pessoas, em atividades administrativas e operacionais, quanto o transporte de cargas, materiais e equipamentos ligados às competências institucionais.

2.3. Essas demandas estão diretamente relacionadas ao interesse público, pois visam assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, permitindo uma atuação mais eficiente, ágil e segura. Ademais, a adoção de soluções de transporte que contemplem critérios de eficiência energética e sustentabilidade ambiental fortalece o compromisso da Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP com políticas públicas sustentáveis, enquanto a diversificação da frota possibilita maior alcance e efetividade institucional.

3. ÁREA REQUISITANTE

Administração Pública para suprir demandas semelhantes. Essas soluções incluem:

5.1.1. Aquisição de veículos novos: Consiste na compra de veículos junto ao mercado fornecedor, permitindo a incorporação imediata da frota ao patrimônio da Instituição. Essa alternativa proporciona autonomia plena, disponibilidade contínua e controle direto sobre a gestão e manutenção da frota, além de possibilitar a aquisição de veículos com especificações técnicas adequadas às necessidades institucionais.

5.1.2. Locação de veículos: Refere-se à contratação de frota mediante pagamento periódico, podendo incluir ou não serviços adicionais como manutenção, seguro e motorista. Essa solução oferece maior flexibilidade e menor imobilização inicial de recursos, sendo indicada especialmente para demandas temporárias ou variáveis. Entretanto, pode gerar custos recorrentes mais elevados e maior dependência de terceiros, exigindo gestão contínua do contrato.

5.1.3. Contratação de serviços de transporte por demanda (Uber ou Taxigov): Envolve a utilização de aplicativos de mobilidade ou serviços de transporte credenciados pela Administração Pública, contratados sob demanda para deslocamentos pontuais. Essa alternativa dispensa a gestão direta da frota, reduzindo encargos administrativos. Contudo, não garante disponibilidade permanente, possui limitações para transporte de cargas e equipamentos e tende a apresentar maior custo unitário quando utilizada de forma contínua.

5.2. Análise de vantagens e desvantagens das soluções disponíveis no mercado:

Alternativa	Descrição	Vantagens	Desvantagens	Adequação à DPE/AP
Aquisição de veículos novos	Compra de veículos junto ao mercado fornecedor, incorporando-os ao patrimônio da Instituição.	- Autonomia e disponibilidade contínua;- Controle direto da frota;- Vida útil mais longa;- Garantia de fábrica e menor custo de manutenção inicial;- Possibilidade de aquisição de veículos eficientes e sustentáveis.	- Alto desembolso inicial;- Necessidade de gestão direta da frota (manutenção, combustível, seguro, documentação);- Imobilização de recursos orçamentários.	Alta: Solução mais adequada para atendimento permanente das demandas da DPE/AP, garantindo economicidade, autonomia e continuidade dos serviços.
Locação de veículos	Contratação de frota mediante pagamento periódico, podendo incluir serviços agregados como manutenção, seguro e motorista.	- Menor desembolso inicial;- Flexibilidade para ajustar a quantidade e o tipo de veículos;- Possibilidade de substituição rápida em caso de defeito;- Dispensa gestão complexa de frota.	- Custos recorrentes mais elevados;- Dependência de terceiros;- Menor controle direto sobre a frota;- Possível risco de descontinuidade contratual.	Média: Adequada para necessidades temporárias ou variáveis, mas menos vantajosa para demandas contínuas.

Serviços de transporte por demanda (Uber ou Taxigov)	Uso de plataformas de mobilidade ou serviços credenciados pela Administração Pública, contratados conforme a necessidade.	- Despesa proporcional ao uso;- Dispensa gestão direta da frota;- Contratação simples e ágil;- Sem necessidade de investimento inicial em frota.	- Não garante disponibilidade contínua;- Limitação para transporte de cargas/equipamentos;- Custos elevados se utilizado com frequência;- Menor controle sobre qualidade e disponibilidade.	Baixa: Adequada apenas para deslocamentos pontuais ou emergenciais, não atendendo plenamente a demanda permanente da DPE/AP.
--	---	--	---	---

5.3. Exemplos de contratações realizadas pela Administração Pública, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com diferentes estratégias para contratação:

· Pregão Eletrônico SRP - Compras de Veículos


Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP
Entrar

> Editais

Edital nº 90012/2025

Acessar Contratação

Última atualização 18/09/2025

Local: Teresina/PI **Órgão:** TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Unidade compradora: 080024 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª. REGIÃO

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto-Fechado **Registro de preço:** Sim **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 18/09/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 18/09/2025 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 01/10/2025 10:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 00509968000148-1-003042/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Registro de Preços para eventual aquisição de 06 (seis) veículos do tipo Sedan médio ou superior, Híbridos, para o Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Informação complementar:

O edital encontra-se disponível, ainda, no seguinte link: <https://sgj.trt22.jus.br/transparencia/licitacaoportal> Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=08002405900122025>

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA
R\$ 1.272.085,98

Itens
Arquivos
Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Automóvel	6	R\$ 212.014,33	R\$ 1.272.085,98	

Exibir: 5 1-1 de 1 itens
Página: 1

Voltar

Pregão Eletrônico SRP - Locação de Veículos

Edital nº 90055/2024

[Acessar Contratação](#)

Última atualização 16/10/2024

Local: Brasília/DF **Órgão:** CAMARA DOS DEPUTADOS **Unidade compradora:** 010001 - CAMARA DOS DEPUTADOS

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de disputa:** Aberto

Registro de preço: Sim **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 16/10/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 16/10/2024 09:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 30/10/2024 10:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 00530352000159-1-000181/2024 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Prestação de serviços, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), de locação de veículos tipo sedan, sem motorista e sem combustível.

Informação complementar:

Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no ComprasNet e as especificações constantes do Edital, prevalecerão as do Edital. O Edital está disponível também no site www.camara.leg.br. Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=01000105900552024>

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 809.712,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 518.400,00

[Itens](#) [Arquivos](#) [Atas de Registro de Preço](#) [Histórico](#)

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Locação de Veículos - Leves / Pesados	144	R\$ 5.623,00	R\$ 809.712,00	🔍

Exibir: 1-1 de 1 itens

Página: [<](#) [>](#)

[← Voltar](#)

Dispensa de Licitação - Contratação de serviços de transporte por demanda (Uber ou Taxigov)

terceiros, exigindo gestão contínua do contrato.

5.4.3. Contratação de serviços de transporte por demanda (Uber ou Taxigov):

Envolve a utilização de aplicativos de mobilidade ou serviços de transporte credenciados pela Administração Pública, contratados sob demanda para deslocamentos pontuais. Essa alternativa dispensa a gestão direta da frota, reduzindo encargos administrativos. Contudo, não garante disponibilidade permanente, possui limitações para transporte de cargas e equipamentos e tende a apresentar maior custo unitário quando utilizada de forma contínua.

5.4.3.1. Análise de vantagens, desvantagens do tipos de tecnologias disponíveis no mercado:

Tipo de Tecnologia	Combustível	Vantagens	Desvantagens
Híbrido - HEV (<i>Hybrid Electric Vehicle</i>): Veículo híbrido elétrico que utiliza combinação de motor elétrico e motor a combustão interna,	Combinação de motor elétrico + motor a combustão (gasolina/etanol)	- Redução significativa no consumo de combustível;- Menor emissão de poluentes;- Boa autonomia, sem dependência de recarga externa;- Operação silenciosa em baixa velocidade;- Incentivos fiscais em alguns estados.	- Custo de aquisição mais alto;- Custo de manutenção mais elevado devido à complexidade;- Necessidade de tecnologia especializada para reparos;- Peso maior devido à bateria.
Elétrico - BEV (<i>Battery Electric Vehicle</i>): Veículo elétrico movido exclusivamente a bateria recarregável.	Eleticidade (bateria recarregável)	- Emissão zero de poluentes;- Custo reduzido de operação;- Menor necessidade de manutenção;- Incentivos fiscais e benefícios de circulação em algumas regiões;- Menor ruído.	- Alto custo inicial;- Autonomia limitada;- Dependência de infraestrutura de recarga;- Tempo de recarga elevado;- Vida útil da bateria limitada.
Tradicional a combustão (Gasolina/Diesel)	Gasolina ou Diesel	- Custo inicial mais baixo;- Ampla disponibilidade de postos de combustível;- Mais opções no mercado;- Manutenção simples e mais acessível.	- Maior emissão de poluentes;- Maior consumo de combustível;- Custos de operação mais elevados a longo prazo;- Dependência de combustíveis fósseis.
Flex	Gasolina + Etanol	- Versatilidade no abastecimento;- Possibilidade de redução de custos com uso de etanol;- Ampla disponibilidade de combustível.	- Maior consumo comparado a híbridos;- Emissão de poluentes;- Manutenção semelhante a veículos tradicionais.

5.5. Análise de Mercado

5.5.1. O levantamento realizado junto ao mercado demonstrou que existem diferentes formas de atendimento às necessidades institucionais relacionadas à frota veicular, tais como a aquisição direta, a locação de veículos e a contratação de serviços sob demanda. A análise comparativa evidencia que, embora a locação e o transporte por

aplicativos possam oferecer flexibilidade em cenários específicos, apresentam como limitações a ausência de disponibilidade contínua, maior dependência de terceiros e custos recorrentes mais elevados em médio e longo prazo.

5.5.2. Nesse contexto, a aquisição de veículos novos, por meio de pregão eletrônico, configura-se como a solução mais adequada à Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP, uma vez que garante autonomia administrativa, disponibilidade ininterrupta e controle direto sobre a gestão da frota. Além disso, possibilita a definição de especificações técnicas compatíveis com as demandas da Instituição, favorecendo maior economicidade e eficiência no uso dos recursos públicos.

5.6. Análise das Tecnologias

5.6.1. Foram avaliadas quatro principais alternativas de motorização disponíveis no mercado, cada uma apresentando vantagens e desvantagens:

5.6.1.1. Veículos Híbridos (HEV – Hybrid Electric Vehicle): utilizam motor a combustão em conjunto com motor elétrico, proporcionando redução significativa no consumo de combustível, menor emissão de poluentes e boa autonomia sem necessidade de recarga externa. São silenciosos em baixa velocidade e oferecem versatilidade em trajetos urbanos e intermunicipais. Como desvantagens, apresentam custo inicial mais elevado, manutenção mais complexa e necessidade de suporte especializado.

5.6.1.2. Veículos Elétricos (BEV – Battery Electric Vehicle): alimentados exclusivamente por bateria recarregável, garantem emissão zero de poluentes, custo operacional reduzido e baixa manutenção. Entretanto, sua adoção encontra obstáculos relevantes, como alto custo inicial, autonomia limitada, tempo de recarga elevado e ausência de infraestrutura de recarga no Estado do Amapá, tornando sua viabilidade restrita ao contexto atual.

5.6.1.3. Veículos a Diesel com Tecnologia Limpa (PROCONVE): caracterizam-se por robustez, durabilidade, grande autonomia e desempenho em longas distâncias, sendo ideais para transporte de cargas e suporte logístico. Além disso, atendem às normas ambientais do PROCONVE e do CONAMA, com redução significativa de poluentes em comparação aos modelos tradicionais a diesel. Como desvantagem, permanecem dependentes de combustível fóssil.

5.6.1.4. Veículos Flex: funcionam com gasolina e etanol, oferecendo versatilidade no abastecimento e ampla disponibilidade no mercado nacional. Contudo, apresentam maior consumo, emissões mais elevadas e desempenho energético inferior em relação às tecnologias híbrida e elétrica, o que reduz sua atratividade para atender às demandas institucionais.

5.7. Restou evidenciado, a partir das análises técnicas e de mercado realizadas, que a aquisição de veículos novos por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, processada pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, configura-se como a medida mais adequada e vantajosa para a Administração Pública e, em especial, para a Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP.

5.8. A opção do Sistema de Registro de Preços - SRP apresenta-se como solução eficiente e estratégica, por permitir o planejamento contínuo das aquisições, a execução parcelada conforme as necessidades institucionais e o uso racional dos recursos públicos, além de viabilizar eventual aderência por outros órgãos.

5.9. Nesse sentido, após identificada a solução mais adequada ao atendimento da demanda, sugere-se como meio ideal para a contratação a realização de licitação pública na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor preço por item, processada pelo procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços - SRP.

- Torque igual ou superior de 400 Nm (40,8 kgfm);
- Tração traseira;
- Transmissão manual de 6 marchas ou superior.
- Oferecer desempenho compatível com transporte de cargas médias e pesadas com eficiência e segurança.

6.2.2. Estrutura e Capacidade:

- Compartimento de carga isolado da cabine, com revestimento interno resistente e pontos de fixação;
- Capacidade volumétrica mínima de 14 m³;
- Carga útil mínima de 1.682 kg;
- Comprimento total mínimo de 6.967 mm;
- Comprimento interno mínimo de 4.410 mm;
- Altura máxima externa 2.670 mm.
- Altura interna mínima de 2.000 mm;
- Distância entre eixos mínima de 4.325 mm;
- Revestimento interno resistente e pontos de fixação no compartimento de carga.
- Rodas com pneus na medida mínima de 225/75 R16.
- Portas traseiras com abertura mínima de 270°.
- Porta lateral corrediça.
- Suspensão reforçada para transporte de carga.
- Protetor de cárter.

6.2.3. Segurança:

- Airbags;
- Controle eletrônico de estabilidade e tração;
- Assistente de partida em rampa;
- Câmera de ré;
- Freios a disco com ABS;
- Sistema ABA (frenagem ativa autônoma);
- Alerta de fadiga do condutor;
- Sensor de estacionamento;
- Sistema de alarme antifurto;
- Alerta de uso do cinto de segurança;
- Luzes de freio adaptativas;
- Luzes diurna de rodagem (DRL);
- Aviso sonoro de ré.

6.2.4. Conforto e Equipamentos:

- Direção com assistência elétrica;
- Vidros e retrovisores elétricos;
- Ar-condicionado;

- Bancos ergonômicos para o condutor e passageiro, com ajuste de inclinação;
- Volante multifuncional com regulagem de profundidade;
- Central multimídia com tela touchscreen sensível ao toque, conectividade com Android Auto e compatível com dispositivos Apple CarPlay e com navegador integrado ou via espelhamento de celular por comandos no volante ou por voz;
- Bancos revestidos em tecido;
- Luz interna na cabine com temporizador;
- Frisos laterais de proteção;
- Hodômetro digital;
- Película protetora (Insulfilme), de acordo com as Normas estabelecidas na Resolução n.º 254/2007 do CONTRAN.

6.2.5. Elétrico:

- Bateria mínima de 12V de alta durabilidade, compatível com sistemas embarcados de assistência e controle eletrônico.
- Alternador com capacidade mínima de 250 A.
- Atender às normas de segurança para veículos de transporte de carga.

6.2.6. Equipamentos e Itens Obrigatórios:

- Estepe, triângulo de sinalização, chave de roda, macaco, cinto de segurança, extintor (quando exigido por norma), manuais do proprietário e termo de garantia.
- sinalização luminosa e sonora conforme exigências para veículos de transporte de carga.
- Licenciamento e emplacamento no nome da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, com entrega do veículo pronto para uso.
- Atender integralmente às normas do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, às resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e às certificações do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO.

6.3. Para o transporte de membros da Administração Superior, deverá ser adquirido veículo automotor **SEDAN** tipo passeio **HÍBRIDO NÃO PLUG-IN**, com as seguintes características mínimas ou superiores:

6.3.1. Motorização e Desempenho:

- Motorização híbrida (**não plug-in**), composta por motor a combustão interna associado a propulsor elétrico;
- Potência combinada mínima de 120 CV;
- Transmissão automática continuamente variável do tipo CVT (ou equivalente), com no mínimo 7 marchas simuladas, com possibilidade de trocas manuais (por alavanca ou paddle shift).
- Eficiência energética mínima Classe A no PBEV (Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular), ou equivalente;
- Combustível: Flex (etanol/gasolina);
- Torque combinado: igual ou superior a 16,5 kgf.m;
- Tração dianteira.

6.3.2. Estrutura e Capacidade

- Comprimento mínimo de 4.630 mm;
- Largura mínima de 1.780 mm;
- Altura mínima de 1.455 mm;
- Peso bruto total inferior a 1.600 kg;
- Entre-eixos mínima de 2.700 mm.
- Capacidade mínima do porta-malas de 470 litros;
- Capacidade mínima do tanque de combustível de 43 litros.
- Rodas de liga leve aro 17", com pneus compatíveis (mínimo 215/50 R17);
- Pneus sem câmara, de dimensões compatíveis com a performance do veículo;
- Suspensão dianteira e traseira independente ou semi-independente, com barra estabilizadora;

6.3.3. Segurança

- Múltiplos airbags, mínimo 6 (seis);
- Controle de estabilidade do veículo;
- Controle de tração;
- Assistente de partida em rampa;
- Assistente de manutenção de faixa;
- Sensores de estacionamento dianteiro e traseiro
- Freios a disco nas quatro rodas, com sistema antitravamento (ABS) e distribuição eletrônica de frenagem (EBD).
- Sistema de monitoramento de pressão dos pneus (TPMS), se disponível;
- Sensores de estacionamento traseiros e dianteiros;
- Sistema de freio regenerativo: integrado ao sistema híbrido, possibilitando recuperação de energia durante a frenagem.

6.3.4. Conforto e Equipamentos

- Ar/condicionado automático digital com saída de ar para o banco traseiro;
- Banco do motorista com regulagem elétrica;
- Volante multifuncional com regulagem de altura e profundidade;
- Painel digital de alta resolução;
- Central multimídia Android Auto e Apple CarPlay sem fio;
- Rodas de liga leve aro 17" com pneus 225/45 R17;
- Iluminação interna em LED;
- Espelhos retrovisores externos com regulagem elétrica e indicadores de direção
- Banco traseiro com apoio de braço
- Vidros elétricos com função um toque;
- Sensor de chuva;
- Sistema de chave presencial (keyless) com botão de partida;
- Volante multifuncional com comandos de áudio, telefone e piloto automático (cruise control adaptativo, se disponível);

- Computador de bordo com múltiplas funções e informações de consumo e autonomia;
- Película protetora (Insulfilme), de acordo com as Normas estabelecidas na Resolução n.º 254/2007 do CONTRAN;

6.3.5. Elétrico

- Propulsor elétrico integrado ao sistema híbrido (não plug-in);
- Bateria de tração com tecnologia de níquel-hidreto metálico, lítio-íon ou equivalente, com garantia mínima de 8 anos ou conforme política do fabricante;
- Sistema de recarga regenerativa em desaceleração e frenagem;
- Sistema de gerenciamento eletrônico de energia entre os dois motores.

6.3.6. Equipamentos e Itens Obrigatórios

- Manual do proprietário em língua portuguesa;
- Cinto de segurança;
- Chave reserva funcional;
- Carregador por indução;
- Entradas USB;
- Conectividade Bluetooth;
- Sensores de estacionamento dianteiro e traseiro;
- Câmera de ré;
- Alarme antifurto;
- Triângulo de segurança, estepe compatível com os pneus principais (integral ou temporário), macaco, chave de roda e ferramentas básicas;
- Itens de segurança e emergência exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

6.4. Os veículos a serem adquiridos deverão possuir garantia e assistência técnica oferecida pelo fabricante, em conformidade com a legislação de defesa do consumidor (Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor) e práticas de mercado.

6.5. As condições mínimas recomendadas são:

6.5.1. Veículos Utilitários (Furgão Fechado):

- Garantia total mínima de 5 (cinco) anos sem limite de quilometragem, cobrindo motor, transmissão, sistema elétrico e demais componentes originais;
- Garantia anticorrosão da carroceria contra furos e ferrugem de, no mínimo, 5 (cinco) anos;
- Disponibilidade de rede de assistência técnica autorizada em todas as regiões do país, com fornecimento de peças originais durante o prazo da garantia e por período mínimo de 5 (cinco) anos;

6.5.2. Veículos de Passeio (Sedan Híbrido não plug-in):

- Garantia básica: cobertura de 5 (cinco) anos ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro, abrangendo defeitos de fabricação e componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos, desde que observadas as condições descritas no manual do proprietário;
- Garantia do sistema híbrido: cobertura específica para componentes relacionados ao sistema híbrido do veículo, válida por 8 (oito) anos ou 200.000 km, o que ocorrer primeiro;

- Componentes cobertos pela garantia híbrida:

- * Bateria híbrida;
- * Módulo de controle da bateria híbrida;
- * Módulo de controle de energia;
- * Inversor/conversor.

6.5.3. Assistência Técnica:

- Inclusão de assistência 24 (vinte quatro) horas durante o período da garantia (guincho, socorro mecânico, pane elétrica, chaveiro, etc.).
- Realização de manutenções preventivas conforme manual do fabricante, sem perda de garantia, desde que realizadas na rede autorizada.

6.6. A solução proposta, consistente na aquisição de veículos novos destinados ao transporte da Administração Superior e ao suporte logístico e operacional da Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP, representa a alternativa mais adequada para atender às necessidades institucionais da Instituição. Essa escolha decorre da análise técnica detalhada, que considerou aspectos relativos à eficiência operacional, autonomia, segurança, sustentabilidade e economicidade, bem como a observância das normas legais e regulatórias vigentes.

6.7. Para o transporte de cargas, materiais e apoio logístico, a aquisição do veículo Furgão Fechado a diesel apresenta-se como solução robusta e segura, com características técnicas adequadas para suportar operações intensivas, garantindo desempenho compatível com transporte de cargas médias e pesadas, durabilidade, eficiência energética e atendimento às exigências legais e de segurança.

6.8. Para o transporte de membros da Administração Superior, a opção pelo veículo Sedan Híbrido não plug-in alia inovação tecnológica, eficiência energética e menor emissão de poluentes, com conforto, segurança e desempenho compatíveis às necessidades institucionais. Essa tecnologia representa um compromisso com a sustentabilidade ambiental, alinhada às diretrizes da Administração Pública.

6.9. A inclusão de garantias mínimas abrangentes, cobertura técnica nacional e manutenção preventiva assegura respaldo técnico e segurança jurídica à Defensoria Pública, garantindo a durabilidade e a eficiência dos veículos ao longo do tempo.

6.10. Portanto, a solução descrita, ao integrar especificações técnicas robustas, critérios de sustentabilidade e um plano de garantia e manutenção adequados, configura-se como a alternativa mais vantajosa para atender, de forma eficiente e responsável, às demandas da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, promovendo melhoria contínua na prestação de serviços à sociedade.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Após consulta às áreas finalísticas e administrativas da instituição, verificou-se a necessidade de aquisição veículos utilitários tipo furgão fechado, voltados ao suporte logístico, transporte de materiais e estrutura para ações descentralizadas da instituição e de veículos destinados ao transporte de membros em missões institucionais em diferentes regiões do estado. Essa quantidade foi dimensionada com base na análise de rotas, número de atendimentos externos e previsão de expansão da atuação institucional, garantindo atendimento eficaz às demandas sem gerar excedente ou subutilização da frota.

Item	Descrição	Quantidade Mínima Estimada	Quantidade Máxima Estimada
01	Veículo tipo utilitário FURGÃO FECHADO.	01	03
02	Veículo tipo passeio SEDAN HIBRIDO (não plug-in).	01	03

7.2. Considerando a necessidade institucional de aquisição de veículo utilitário tipo furgão fechado, destinado ao suporte logístico e ao transporte de materiais, bem como de veículo voltado ao transporte de membros em missões institucionais, com base na análise prévia de rotas, volume de atendimentos externos e previsão de expansão da atuação da instituição, conclui-se que o procedimento de Registro de Preços, previsto nos arts. 6º e 15 da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se como alternativa viável e eficiente.

7.3. O Registro de Preços proporciona maior flexibilidade e previsibilidade na contratação, assegurando agilidade no atendimento das demandas institucionais e evitando a morosidade decorrente de processos licitatórios repetitivos. Ademais, possibilita a otimização dos recursos públicos, pois a aquisição ocorre de acordo com as necessidades efetivas e nas condições previamente estipuladas em ata, evitando tanto a compra de veículos em quantidade excessiva quanto a subutilização da frota. Dessa forma, mostra-se o procedimento mais adequado para atender, de maneira contínua e planejada, às demandas operacionais e logísticas da instituição.

7.4. Em comparação a outras modalidades de contratação previstas na Lei nº 14.133/2021, o Registro de Preços revela-se especialmente vantajoso, uma vez que permite a formalização prévia de condições, preços e fornecedores, garantindo maior celeridade e segurança jurídica nas contratações subsequentes. Diferentemente de modalidades como a concorrência ou o pregão isolado, que exigem a instauração de novo certame para cada demanda, o Registro de Preços possibilita aquisições distribuídas ao longo do tempo, de acordo com as necessidades específicas da Administração, favorecendo o planejamento, a economia de escala e a continuidade dos serviços, sem comprometer de forma desproporcional os recursos orçamentários.

7.5. Por fim, ressalte-se que, para a alternativa recomendada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, não foi realizada consulta às **Intenções de Registro de Preços (IRP)** disponíveis no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASGNet, em razão da obrigatoriedade de consulta, anteriormente prevista no art. 8º, parágrafo único, da Portaria nº 46/2024 – DPE/AP, ter sido revogada pela Portaria nº 280/2024 – DPE/AP.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa do valor da contratação foi estabelecida a partir de pesquisa de preços realizada no portal banco de preços, considerando contratações realizadas pelas seguintes Instituições:

ITEM 01: Veículo tipo utilitário FURGÃO FECHADO				
UASG	Descrição	Modalidade	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Médio Estimado (R\$)
070011	Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.	Pregão Eletrônico nº 90068/2024.	217.259,36	244.754,78
Não Possui	Município de Teutônia.	Pregão Eletrônico nº 075/2024.	273.298,93	
926354	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal.	Pregão Eletrônico nº 90009/2024.	243.706,05	
ITEM 02: Veículo tipo passeio SEDAN HIBRIDO (não plug-in).				

927163	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe - CREA/SE.	Pregão Eletrônico nº 90016/2024.	231.807,46	230.864,34
240013	Ministério das Relações Exteriores - Secretaria Geral - Secretaria De Gestão Administrativa - Departamento de Administração e Logística - Divisão De Recursos Logísticos.	Pregão Eletrônico nº 90008/2024.	206.796,26	
459931	Defensoria Pública Geral do Estado do Acre/AC.	Pregão Eletrônico nº 90010/2024.	253.989,30	

8.2. Assim, estima-se o valor da contratação em R\$ 1.426.857,36 (um milhão quatrocentos e vinte seis mil oitocentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos) considerando os preços praticados no mercado nacional, respeitando os princípios da razoabilidade e economicidade, conforme tabela abaixo

Item	Descrição	Quantidade Estimada Mínima	Quantidade Estimada Máxima	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
01	Veículo tipo utilitário FURGÃO FECHADO.	01	03	244.754,78	734.264,34
02	Veículo tipo passeio SEDAN HÍBRIDO (não plug-in).	01	03	230.864,34	692.593,02
Valor Total Geral Estimado					1.426.857,36

8.3. Ressalta-se que os preços apresentados têm como base uma cotação prévia obtida junto a plataforma Banco de Preços. Entretanto, em momento oportuno, será realizada cotação formal, a qual servirá como parâmetro oficial para definição do preço de referência da futura contratação, conforme a Portaria nº 35, de 2024 - DPE/AP. Destaca-se que esse valor poderá sofrer variações, para mais ou para menos, em razão das condições de mercado e das contratações mais recentes realizadas por outros órgãos da Administração Pública.

9. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

9.1. A solução indicada consiste na aquisição de um veículo utilitário do tipo **furgão fechado** e de um **veículo sedan híbrido não plug-in**, em conformidade com as necessidades logísticas e de transporte institucional da Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP. A escolha pauta-se nos critérios de viabilidade técnica, eficiência operacional, sustentabilidade ambiental e custo-benefício, atendendo integralmente às normativas institucionais que regem a política de responsabilidade socioambiental da Defensoria, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

9.2. A seleção do veículo furgão fechado justifica-se por sua robustez e elevada capacidade volumétrica e de carga, assegurando o transporte adequado de materiais, insumos e equipamentos em apoio às ações descentralizadas da instituição, inclusive em localidades de difícil acesso. Além de garantir eficiência logística, a adoção de modelo consolidado no mercado nacional favorece a manutenção preventiva e corretiva, a reposição de peças e a maior durabilidade da frota, promovendo economicidade e racionalidade administrativa.

9.3. No caso do veículo sedan híbrido não plug-in, a escolha está diretamente vinculada às normativas internas de sustentabilidade da DPE/AP, que priorizam a adoção de soluções

segurança aos usuários, alinhando-se às melhores práticas administrativas e normas de segurança veicular vigentes.

12.4. Do ponto de vista da sustentabilidade, os resultados pretendidos abrangem a diminuição da emissão de gases poluentes e consumo de combustíveis fósseis, especialmente com a adoção de veículos do tipo sedan híbrido, que utilizam propulsão elétrica e apresentam elevada eficiência energética. Haverá impacto positivo na redução da pegada ambiental da instituição, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e os compromissos ambientais da Administração Pública, promovendo, ainda, o estímulo à inovação sustentável no setor público. Outros resultados englobam a possibilidade de reciclagem adequada dos componentes ao fim da vida útil dos veículos, o fomento à contratação de fornecedores socialmente responsáveis e a promoção de práticas administrativas compatíveis com o desenvolvimento sustentável.

12.5. Assim, espera-se que a adoção desta solução traga à Administração Pública resultados mensuráveis: redução de custos globais e por quilômetro rodado, aumento da disponibilidade e tempo útil dos veículos, diminuição dos prazos de atendimento e logística, redução comprovada das emissões veiculares e melhoria dos indicadores de satisfação dos usuários dos serviços de transporte institucional. Todos esses resultados contribuirão para a elevação do padrão de qualidade dos serviços prestados à sociedade, com transparência, responsabilidade e adequada aplicação dos recursos públicos, em estrito alinhamento com os princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, viabilizando, ainda, a adequada criação e acompanhamento dos respectivos indicadores de desempenho e metas contratuais.

3. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Antes da formalização da contratação, diversas providências prévias devem ser tomadas pela Administração, visando a plena garantia da adequada execução contratual e a efetividade dos resultados esperados.

13.1.1. É fundamental a revisão minuciosa, validação e, se necessário, atualização dos requisitos técnicos, funcionais, legais e de sustentabilidade já definidos no Estudo Técnico Preliminar - ETP e no Termo de Referência. Essa revisão busca assegurar total conformidade com os normativos aplicáveis, evitando inconsistências, ambiguidade e restrições indevidas à competitividade da licitação, além de garantir que as exigências técnicas estabelecidas (como especificações de motorização híbrida, itens de segurança, padrões de sustentabilidade e acessibilidade) estejam compatíveis com a realidade do mercado e com as necessidades institucionais.

13.1.2. Outra ação essencial diz respeito à reserva dos recursos orçamentários necessários à contratação, com a emissão do respectivo empenho prévio à assinatura do contrato, em acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais exigências legais. Esse procedimento assegura que a contratação só seja formalizada se houver previsão e disponibilidade adequada de recursos no orçamento da instituição, evitando riscos de inadimplência e paralisação do processo de compras ou fornecimento.

13.1.3. É necessário promover todas as diligências administrativas referentes à regularização do espaço físico, organização e adequação da infraestrutura onde os veículos serão recebidos, estacionados, protegidos e mantidos. Isso envolve verificar e executar eventuais pequenas adequações de garagem, áreas de estacionamento. Tais intervenções visam assegurar condições apropriadas para guarda, conservação e uso dos veículos, prevenindo danos e sinistros.

13.1.4. No âmbito tecnológico e administrativo, é recomendável revisar, ajustar ou implantar sistemas eletrônicos de gestão de frota, controle de abastecimento, registro de manutenção preventiva e corretiva, bem como rastreamento e monitoramento dos veículos, a fim de viabilizar o acompanhamento do ciclo de vida dos ativos e gerar indicadores de eficiência, custos e sustentabilidade. Isso pode demandar integração

de sistemas, adequação de rotinas administrativas, além da definição clara de responsabilidades internas quanto à gestão e fiscalização contratual.

13.1.5. A capacitação dos servidores envolvidos diretamente com a operação, coordenação e fiscalização dos veículos deverá ser promovida antes do início da execução contratual. Isso inclui, conforme a natureza e tecnologias dos veículos adquiridos, treinamentos acerca da condução segura e eficiente de veículos híbridos, cuidados específicos com a manutenção, atualização acerca de procedimentos de sustentabilidade, uso correto dos sistemas internos de controle e entendimento detalhado sobre os direitos e deveres previstos no contrato. O treinamento permitirá obter o máximo de desempenho dos veículos, reduzir riscos operacionais e promover a longevidade dos ativos.

13.1.6. Também é indispensável a organização formal de equipe de fiscalização e gestão do contrato, dotando-a de instrumentos e competências definidos no Termo de Referência, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, assegurando acompanhamento sistemático da entrega, conformidade dos bens, gerenciamento de garantias, controle de prazos e cumprimento dos indicadores de desempenho.

13.1.7. Outras providências relevantes incluem a publicação tempestiva dos atos preparatórios e documentos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e nos meios oficiais de transparência, assegurando a publicidade e o controle social do processo; o levantamento e regularização de eventuais autorizações, registros ou adaptações necessárias perante órgãos externos (por exemplo: licenciamento, emplacamento e seguradora), facilitando o fluxo do processo assim que os bens forem entregues pela contratada; e, ainda, a definição prévia de protocolos internos para destinação ambientalmente responsável dos resíduos gerados na futura manutenção, alinhando-se à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

13.1.8. Finalmente, recomenda-se o contato prévio com fornecedores e assistência técnica autorizada, confirmando a infraestrutura de suporte local para reposição de peças, realização de garantias, revisão e manutenção, minimizando riscos de indisponibilidade futura e assegurando a aderência dos serviços pós-venda àquilo exigido em edital e contrato.

13.2. Dessa forma, a combinação dessas providências que abrangem planejamento orçamentário, melhoria e organização da infraestrutura, ajustes sistêmicos e administrativos, capacitação de pessoal, formalização de equipes de gestão e fiscalização, publicização das etapas processuais e adequação de suporte técnico são essenciais para garantir que a contratação seja formalizada de maneira sólida e possibilite execução eficiente, segura, econômica e sustentável, plenamente alinhada ao interesse público, aos objetivos institucionais e à legislação vigente.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. No contexto da aquisição de veículos novos do tipo sedan híbrido e furgão utilitário para atendimento das necessidades institucionais, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar - ETP, é fundamental analisar, sob a ótica da dimensão ambiental da sustentabilidade, todos os potenciais impactos associados à solução escolhida, bem como propor, de maneira detalhada, medidas mitigadoras, de prevenção e contingência pertinentes para cada risco ambiental identificado.

14.2. A primeira consideração relevante refere-se ao impacto ambiental inerente à fabricação dos veículos adquiridos. O processo de produção industrial desses automóveis envolve significativo consumo de recursos naturais, energia e água, além da emissão de poluentes atmosféricos e geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos. Ainda que a instituição não seja responsável direta pelo processo industrial, a decisão pela aquisição deve privilegiar fornecedores que adotem boas práticas ambientais reconhecidas, tais como sistemas de gestão ambiental certificados (ISO 14001, por exemplo), uso de matérias-primas recicláveis, redução

não conformidades.

14.7. Vale destacar ainda o desafio da eventual introdução de novas tecnologias veiculares, especialmente relacionadas a sistemas híbridos e elétricos, cujo ciclo de vida das baterias exige atenção especial devido à presença de metais pesados e potencial de risco químico. A mitigação desse risco ambiental se dá, mais uma vez, pela exigência de logística reversa junto a fabricantes ou importadores, cláusulas claras de rastreabilidade e comprovação de destinação adequada de baterias ao final da vida útil dos equipamentos, bem como priorização da compra de veículos com baterias recicláveis ou de segunda vida.

14.8. Complementarmente, recomenda-se o fomento ao uso racional dos veículos e à adoção de tecnologias de monitoramento e gestão de frota que permitam controle do tempo de uso, da quilometragem, do consumo energético e das necessidades de manutenção preventiva, reduzindo o risco de uso excessivo ou inadequado, gerador de impacto ambiental desnecessário. A instituição pode estabelecer metas internas de redução da pegada de carbono associada à frota, investir em treinamentos para os motoristas visando direção ecológica e definir critérios para análise de rotas que otimizem deslocamentos e minimizem emissões.

14.9. Por fim, é essencial adotar práticas de comunicação e conscientização socioambiental junto aos fornecedores, usuários internos e equipes de manutenção, promovendo campanhas de uso responsável dos veículos, descarte correto de resíduos, economia de combustível e redução do desperdício em todas as etapas do ciclo de vida dos ativos.

14.10. Dessa forma, ao conjugar rigorosos critérios de contratação, exigências legais e normativas ambientais, rotinas operacionais sustentáveis, gestões eficazes de resíduos e compromissos institucionais com a ecoeficiência e a responsabilidade ambiental, a instituição promove condições adequadas de prevenção, mitigação e contingência dos impactos ambientais associados à aquisição e operação dos veículos novos sedan híbrido e furgão utilitário, viabilizando o atendimento das necessidades institucionais em estrito alinhamento com os princípios legais, a boa prática administrativa e a sustentabilidade socioambiental.

15. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

15.1. Considerando o baixo grau de complexidade do objeto e o seu caráter comum, verifica-se que as informações contidas neste Estudo Técnico Preliminar - ETP não se enquadram nas hipóteses legais de sigilo previstas na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Assim, não há necessidade de classificação da informação em qualquer grau de sigilo, estando o conteúdo deste documento acessível ao público e disponível para consulta quando da publicação do edital, em consonância com os princípios da publicidade e da transparência da Administração Pública.

16. CONCLUSÃO QUANTO À VIABILIDADE E ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. A contratação é viável, pois foi conduzida uma análise criteriosa dos requisitos técnicos, soluções disponíveis no mercado e estimativas de custos. A solução identificada atende plenamente às necessidades operacionais e estratégicas, garantindo alta disponibilidade dos serviços essenciais.

Macapá/AP, datado e assinado eletronicamente.

ALINE COLARES MORAES MONTEIRO
Coordenadora Geral de Administração

ANANILSON COSTA DE SOUSA
Assessor Técnico Nível - III

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA
Processo Administrativo SEI nº 25.000006174-0 - DPE/AP

À

Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP

Referência: Pregão Eletrônico SRP. Nº _____/2025 – DPE/AP

1. Termos da proposta

1.1. Seguindo os ditames editalícios, a empresa _____ (razão social) inscrita no CNPJ Nº. _____, sediada no endereço _____, telefone: _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, CPF Nº. _____, apresenta a proposta de preços, consoante ao Anexo I do presente Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº _____/2025 – DPE/AP** para registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores do tipo passeio e utilitário para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. Preços, especificações e quantitativos

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidades, são as que seguem:

Item	Descrição/Especificação	Marca/Modelo/Fabricante	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unit.	Valor Total
01	Veículo tipo utilitário zero quilômetro, FURGÃO fechado de carga, ano/modelo 2025/_____. (...).		Unid.	01	03		
02	Veículo tipo passeio zero quilômetro, SEDAN , motorização híbrida não plug-in (combinação de motor a combustão interna com propulsor elétrico), ano/modelo 2025/_____. (...).		Unid.	01	03		

3. Declaração de cumprimento das obrigações legais

3.1. Declaramos que a presente proposta está em conformidade com todos os preceitos legais e regulamentares em vigor.

3.2. Declaramos que a validade desta proposta é de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua entrega.

3.3. Declaramos expressamente que, no(s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros, fretes, embalagens, montagem e entrega do material, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas.

3.4. Declaramos que concordamos com as cláusulas dispostas no Edital, Termo de Referência e demais anexos, referentes à presente contratação.

4. Informações Bancárias

4.1. Banco: _____, Conta: _____, Corrente: _____, Agência: _____.

5. Representante Legal com poderes para assinar o contrato (empenho)

5.1. Nome _____, Qualificação _____, (cargo, RG, CPF): _____.

Data/Local

Assinatura do Representante Legal

ANEXO III
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Administrativo SEI nº _____ DPE/AP

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ – DPE/AP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.762.144/0001-00, com sede na Rua Eliezer Levy, nº. 1157, Bairro Centro, CEP. 68.900-083, Macapá/AP, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado do Amapá, o Sr. **JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS NETO** nomeado pelo Decreto nº 1.117, publicado no Diário Oficial do Estado, nº 8.089, de 25 de janeiro de 2024, considerando o julgamento da licitação **PREGÃO ELETRÔNICO SRP. Nº _____/2025 – DPE/AP** e processo administrativo nº _____, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, na Portaria nº 46, de 10 de Janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores do tipo passeio e utilitário para atender as demandas da Defensoria Publica do Estado do Amapá - DPE/AP, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP. Nº _____/2025 – DPE/AP**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta de preços cujo preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DA EMPRESA DO PREÇOS REGISTRADOS, DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínimas e máximas de cada item, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: _____	CNPJ. _____	nº _____
_____.		
Endereço: _____,	(_Bairro_) _____,	(__Cidade/UF __) - CEP. _____
_____,	Telefone: _____ (____) _____ - _____,	E-mail: _____
_____.Representante		Legal: _____
_____, CPF nº _____.		

Item do TR	Descrição/Especificação	Unid.	Quantidade Registrada	Valor Unit. Registrado	Valor Total Registrado	Prazo de Garantia
------------	-------------------------	-------	-----------------------	------------------------	------------------------	-------------------

01	Veículo tipo utilitário zero quilômetro, FURGÃO fechado de carga, ano/modelo 2025/____, com as seguintes características técnicas: (...).Marca/Modelo/Fabricante: (_____).	Unid.	03			
02	Veículo tipo passeio zero quilômetro, SEDAN, motorização híbrida não plug-in (combinação de motor a combustão interna com propulsor elétrico), ano/modelo 2025/____ ou superior, com as seguintes características técnicas: (...).Marca/Modelo/Fabricante: (_____).	Unid.	03			

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será a Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP, que exercerá suas atribuições por intermédio da Coordenadoria Licitações, Contratos e Convênios - CLCC/DPE/AP.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23, da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP e do fornecedor.

4.2. A autorização de adesão pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. A Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização de adesão pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante e aceita pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

estabelecido pela Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista na Portaria nº 46, de 2024; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, ou;

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos da Portaria nº 46, de 10 de Janeiro de 2024.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação e seus anexos.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 2º, inc. III, da Portaria nº 46, de 10 de Janeiro de 2024 ou art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata de Registro de Preços depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes por meio de assinatura eletrônica.

Local e data

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - DPE/AP
JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS NETO
Defensor-Geral do Estado do Amapá

Representante Legal
CPF. nº _____

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CADASTRO RESERVA**

1. Seguindo a ordem de classificação, relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário.

Fornecedor: _____ CNPJ. _____ nº _____ Endereço: _____, (_Bairro_), (__Cidade/UF __) - CEP. _____ _____, Telefone: (____) _____ - _____, E-mail: _____ _____. Representante Legal: _____ _____, CPF nº _____.						
Item do TR	Descrição/Especificação	Unid.	Quantidade Registrada	Valor Unit. Registrado	Valor Total Registrado	Prazo de Garantia
01	Veículo tipo utilitário zero quilômetro, FURGÃO fechado de carga, ano/modelo 2025/_____, com as seguintes características técnicas: (...). Marca/Modelo/Fabricante: (_____).	Unid.	03			
02	Veículo tipo passeio zero quilômetro, SEDAN, motorização híbrida não plug-in (combinação de motor a combustão interna com propulsor elétrico), ano/modelo 2025/_____ ou superior, com as seguintes características técnicas: (...). Marca/Modelo/Fabricante: (_____).	Unid.	03			

2. Seguindo a ordem de classificação, relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original.

--

Fornecedor: _____ CNPJ. _____ nº _____

Endereço: _____, (_ Bairro _), (_ Cidade/UF _) - CEP. _____, Telefone: (_____) _____ - _____, E-mail: _____, Representante _____ Legal: _____, CPF nº _____.

Item do TR	Descrição/Especificação	Unid.	Quantidade Registrada	Valor Unit. Registrado	Valor Total Registrado	Prazo de Garantia
01	Veículo tipo utilitário zero quilômetro, FURGÃO fechado de carga, ano/modelo 2025/_____, com as seguintes características técnicas: (...). Marca/Modelo/Fabricante: (_____).	Unid.	03			
02	Veículo tipo passeio zero quilômetro, SEDAN, motorização híbrida não plug-in (combinação de motor a combustão interna com propulsor elétrico), ano/modelo 2025/_____ ou superior, com as seguintes características técnicas: (...). Marca/Modelo/Fabricante: (_____).	Unid.	03			

**ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO**

Processo Administrativo SEI nº _____ DPE/AP

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/_____-DPE/AP, QUE FAZEM ENTRE SI A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - DPE/AP, A EMPRESA _____.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - DPE/AP, com sede na Rua Eliezer Levy, 1157 - Centro, CEP: 68.900-074, na cidade de Macapá/AP, inscrita no CNPJ. sob o nº 11.762.144/0001-00, neste ato representada pelo DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ, o Excelentíssimo Senhor **JOSE RODRIGUES DOS SANTOS NETO**, nomeado pela Portaria nº _____, de _____ de _____ de 20_____, publicada no DOE nº _____, de _____ de _____ de 20_____, portador da Matrícula Funcional nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada _____, _____, _____, CEP: _____, e-mail: _____, _____, _____, telefone: () _____, doravante designada CONTRATADA, neste ato representado(a) pelo sr (a). _____, Sócio (a) Administrador (a), portadora da



Documento assinado eletronicamente por **fabricio bruno souza barata**,
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS, em 23/10/2025, às
11:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
0160465 e o código CRC **473D5E2C**.